**A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SÉCULO XIX**

Cristiane Lima de Oliveira

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

[cristianelimaoliveira36@gmail.com](mailto:cristianelimaoliveira36@gmail.com)

Jéssica Paulina da Silva Cavalcante

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

[jessicapaulinacavalcante@gmail.com](mailto:jessicapaulinacavalcante@gmail.com)

Taise Coelho Silva

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

[Silvataise356@gmail.com](mailto:Silvataise356@gmail.com)

Wellen Conceição da Silva

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

[Wellenangel11423@gmail.com](mailto:Wellenangel11423@gmail.com)

Orientadora Profª. Esp. Janaína de Araújo Pimenta

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL Janaina.pimentad@gmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os percalços da formação de professores no período em que ocorria o Império brasileiro. Neste sentido, serão analisadas as dificuldades econômicas e sociais no período em que ocorreu o Império brasileiro. Por ser uma pesquisa de cunho bibliográfica, tem como principais autores: Saviani (2009), Tanury ( 2000 ), Ferreira JR ( 2010 ), dentre outros. A primeira Constituição do Brasil de 1824 determinou em seu Art.179 instruções primárias e gratuitas para todos os cidadãos, sendo que ampliação das Escolas de Primeiras Letras foi aprovada com a Lei de 1827, visto que, este estudo tem como pretensão compreender os arcabouços percorridos pela educação brasileira no processo histórico da formação dos professores. Sendo assim, considera-se que a educação escolar nessa época desenvolveu-se paulatinamente de acordo com o desenvolvimento da população, pois a sociedade agrária necessitava do trabalho rural. E assim, a educação escolar atendeu mais aquelas pessoas que não dependia exclusivamente do trabalho do campo. Já que não havia recursos próprios destinado para assegurar a educação formal no século XIX.

**Palavras-chave:** Educação. Formação de professores. Império brasileiro.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os percalços da formação de professores no período em que ocorria o Império brasileiro. Neste sentido, serão analisadas as dificuldades econômicas e sociais no período em que ocorreu o Império brasileiro. Por ser uma pesquisa de cunho bibliográfica, tem como principais autores: Saviani (2009), Tanury (2000), Ferreira JR (2010), dentre outros. A primeira Constituição do Brasil de 1824 determinou em seu Art.179, instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, sendo que ampliação das Escolas de Primeiras Letras, foi aprovada com a Lei de 1827, visto que, este estudo tem como pretensão compreender os arcabouços percorrido pela educação brasileira no processo histórico da formação dos professores. Sendo assim, considera-se que a educação escolar nessa época desenvolveu-se paulatinamente de acordo com o desenvolvimento da população, pois a sociedade agrária necessitava do trabalho rural. E assim, a educação escolar atendeu mais aquelas pessoas que não dependia exclusivamente do trabalho do campo. Já que não havia recursos próprios destinado para assegurar a educação formal no século XIX.

. É importante salientar que durante o período colonial no Brasil, os jesuítas foram responsáveis pela educação escolar pública no país, trazendo as primeiras ideias pedagógica para colônia brasileira. Em razão dessa realidade, os representantes da Companhia de Jesus foram responsáveis pelas escolas, até boa parte do século XVIII. Outro fator relevante era que não existia um órgão responsável para assegurar uma educação formal para todos os cidadãos.

Sabe-se que a Revolução Francesa foi um grande marco na educação, com isso consolidou-se a noção de uma escola normal e também passou a ser de responsabilidade do Estado, com a proposta de formar professores leigos. Desta forma no século XIX, ocorreram diversos fatores que culminaram para o aumento das escolas públicas no Brasil.

Outro aspecto a ser levado em conta é a proclamação do Brasil em 1822, que ainda foi notável o vestígio da velha colônia em nossa sociedade, em vista disso os escravos continuaram formando a base econômica do império. Dentro desse contexto, percebem-se poucos avanços aconteceram na educação escolar. Mesmo assim, desde as primeiras décadas do século XIX foram criadas leis que asseguram a educação.

Em razão dessa realidade, a primeira Constituição do Brasil de 1824, determinou em seu Art.179 instruções primárias e gratuitas para todos os cidadãos. Visto que, D. Pedro I também pensou em educação em seu reinado, diante de tal concepção é necessário lembrar-se das dificuldades econômica vivenciadas pelos brasileiros.

Outro fator relevante é a Lei de 15 de novembro de 1827, que determinou a criação de Escolas de Primeiras letras em lugares cujas populações mais numerosas do Iimpério, também determinam exames para selecionar mestres e mestras. Por falta de professores até o diretor das instituições também desempenhavam funções de professores. Tanury (2000).

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS NO IMPÉRIO**

Observa-se que o período colonial, a partir dos colégios jesuítas, percorrendo pelas aulas régias estabelecida pela reforma pombalina desde os cursos superiores estabelecidos com a chegada do rei D. João VI em 1808, tudo isso foi relevante para o processo de desenvolvimento escolar no Brasil que se concretizou de fato com a Lei de 1827, que tratou da ampliação das escolas e consequentemente da formação de professores. Saviani (2009).

Porém essa formação não foi fácil, levando em conta as dificuldades sociais e econômicas, a partir do início do século XIX, de certa forma, a formação dos docentes deveria ser de forma rápida e simples de acordo com a ampliação das escolas. Lembrando que antes de estabelecer as instituições voltadas para formar professores para as escolas primárias, havia intenções de selecioná-los.

Iniciativas pertinentes à seleção não somente antecedem as de formações, mas permanecem concomitantemente com estas, uma vez que, criadas as escolas normais, estas seriam por muito tempo insuficiente, quer numericamente, quer pela incapacidade de atrair candidatos para preparar o pessoal docente das escolas primárias (TANURI, 2000 p.62).

Tal contexto denota, que havia preocupações em formar professores do ensino elementar de acordo com o regulamento de 06 de novembro de 1772, define que essa formação deveria ocorrer em Portugal, diante de autoridades competentes. Certamente esta seleção dos mestres era uma forma de melhorar o atendimento na educação escolar e com isso, atrair o público para as instituições.

Percebe que ocorreram grandes dificuldades financeiras desde o início do Império brasileiro, houve uma preocupação em consolidar leis que assegurassem a educação escolar para os cidadãos. No atual contexto, o Brasil tinha uma sociedade agrária e a escola era bastante precária. Nesse sentido, existiram poucas escolas na velha Colônia brasileira porque a maioria da população nesta época trabalhava no campo. A demanda escolar começa aumentar paulatinamente depois do século XIX, mais precisamente durante o Império brasileiro após a primeira Constituição brasileira em seu Art. 179 tratou de mencionar normas para assegurar a educação brasileira.

Em decorrência dessa realidade, aconteceu execução do Ato Adicional de 1834, o Inciso XXXII do Artigo 179 da Constituição de 1824, o governo passou a responsabilidade para as províncias em relação administração das escolas primárias. Isso aconteceu porque o Brasil vinha de uma estagnação econômica desde a metade do século XVIII, com o declínio da cana-de-açúcar e também do ouro. É notável que isso, repercutiu-se em meados da primeira metade do século XIX, afetando o desenvolvimento da educação formal Ferreira Jr (2010).

Dez anos depois houve modificações na primeira Constituição do Império brasileiro, em relação à educação escolar. E ficou definido que a província ficaria responsável pela educação primária e o ensino superior era de responsabilidade do Poder Monárquico. Desta forma, ficou definido em seu Art. 10 do Ato Adicional de 1834, Ferreira Jr (2010).

Vale ressaltar ainda que depois da Independência política do Brasil, paulatinamente começa a diversificar-se a demanda escolar. Romanelle (1986), afirma que “a parte da população que então procurava escola já não era apenas pertencente a classe oligárquica-rural”. Dessa forma, percebe-se o interesse e a formação de uma camada intermediaria após a Independência do Brasil, certamente essa camada contribuiu no desenvolvimento da educação e também na formação de docentes. Em virtude disso, houve um aumento de instituições escolar até o fim do Império brasileiro (ROMANELLE, 1986, p. 37).

Em razão dessa realidade, sabem-se que muitos problemas da velha colônia perpetuaram ao longo do Império brasileiro principalmente as dificuldades enfrentadas com educação escolar. E com isso de certa forma os analfabetos não eram excluídos totalmente da sociedade.

A crítica às tentativas de exclusão dos analfabetos não era novidade. Formulara-a até Francisco Otaviano, que antes se batera por essa exclusão, mas depois mudou de parecer, quando se lembrou, ou lembraram-lhe, de que só um oitavo da população do Império sabia ler e escrever (HOLLANDA, 1997 p.215).

Tais considerações apontam que havia uma preocupação com os analfabetos desde a primeira metade do século XIX, pois com a chegada da família real no Brasil, observou-se que paulatinamente a educação foi se transformando. E a partir do Império brasileiro é que começa se pensar nos analfabetos, então se pensou em executar leis que assegurassem a educação escolar. Pois este mesmo autor afirma que a Constituição de 1824 não excluía os analfabetos literalmente.

**CONSOLIDAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A educação escolar passou por várias transformações, visto que o ensino formal que os jesuítas ofereciam já não estava mais suprindo as necessidades da população, em relação ao desenvolvimento comercial a partir de 1759. Então, Marquês de Pombal tratou de implementar as reformas educacionais, de acordo com Maciel e Neto (2006), essa reforma seria benéfica, se realmente estivesse ocorrido de acordo com o Alvará de 28 de Junho de 1759, “(...). Inspirados nos ideais iluministas, Pombal empreende uma profunda reforma educacional, ao menos formalmente. A metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica.” ( MACIEL, NETO, 2006, p. 471).

Observa-se que Marquês de Pombal, tinha objetivos de implementar suas reformas com intenção de melhorar a educação formal, pois o mesmo tinha um grande conhecimento nas áreas de política e econômica na sociedade.

Outro contexto, relevante é de 1808 até 1821, a partir disso, a educação escolar começou a se desenvolver paulatinamente através dos primeiros cursos superior na colônia brasileira, assim o período joanino, representou um grande marco com o advento da coroa portuguesa e também no desenvolvimento econômico como abertura dos portos dentre outros. Outro aspecto, refere-se à consolidação da Lei 15 de outubro de 1827 autoriza a criação de Escolas de primeiras letras, essa declaração ocorreu pela primeira vez. Esta Lei tornou-se bastante relevante porque vigorou por mais de um século e foi o único documento legal que assegurou a educação no Império brasileiro Souza, Rafael Oliveira, (2015).

Cabe salientar que a partir de 1820, as escolas de ensino mútuo não estavam preocupadas em apenas ensinar as primeiras letras, mas também havia uma preocupação no sentido de formar professores de acordo com esse método. Segundo Tanury (2000), essa foi a primeira forma de preparação docentes, sem teorias baseada somente na forma prática.

Em virtude disso, a definição do ensino seria em escolas normais, e os professores seriam preparados pelo método mútuo como definia a Lei de 1827 em seu artigo 4º. Visto que os professores deveriam ser instruídos nesse método, nas capitais da própria província.

Outro aspecto não menos relevante é o Ato Adicional de 1834, transferiu a obrigatoriedade da instrução primária para as províncias, inclusive a formação de professores, como ocorria nos países europeus. Em 1835, a província do Rio de Janeiro fundou a primeira Escola Normal em Niterói, assim boa parte das províncias acompanharam esse ritmo crescente até o fim do império Saviani (2009).

Nesse sentido, ocorreram os percursos das províncias no Império da seguinte forma: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890, Saviani (2009).

Percebe-se que ocorreram várias tentativas no intuito de melhorar a qualidade da educação escolar no império brasileiro, é notável que a primeira instituição formal criada em Niterói e nas demais províncias tinham objetivo de preparar melhor os professores. Essa escola representou um grande avanço na historia da educação brasileira em 1835, assim foram criadas as primeiras escolas normais do Brasil, onde os professores passaram por diversas dificuldades no ensino primário. Mesmo enfrentando momento de desprestígio os mesmos contribuíram bastantes na educação escolar e na formação de outros profissionais, pois eles improvisavam o ensino formal, já que era (...) “o máximo em educação que uma província pode instruir” (ACCÁCIO, 1993, p.02).

Em relação a esse contexto a formação de professores normalistas começou a partir de 1835, mas somente depois de 1870, que ganhou certa firmeza. E desse modo continuou durante o Império brasileiro, visto que o presidente da Província do Rio de Janeiro Couto Ferraz em 1849 encerrou a Escola Normal em Niterói, mudando-a para os professores adjuntos, de acordo com a regulamentação de 1854.

Outro aspecto refere-se, a formação de professores adjuntos começava nas salas de aula como ajudantes dos mestres. Nesse sentido, eram formados os novos professores, porém em 1859 a escola de Niterói foi reativada. Sendo que os cursos normais se repercutiram pelas principais cidades do Estado de São Paulo, no intuito de formar professores Saviani (2009).

Dentro desse contexto, notam-se algumas características comuns nas primeiras escolas normais fundadas no Brasil. A estrutura didática era bastante simples tinha um ou dois professores para todas as disciplinas em um curso de dois anos. Desse modo, aumentou rapidamente até o fim do Império.

O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infra-estrutura disponível tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objetos de constantes críticas nos documentos da época. A freqüência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo substituir a partir dos anos finais do Império (TANURI, 2000, p.65).

Ao considerar os referidos aspectos é importante ressaltar, que as primeiras escolas normais enfrentaram dificuldades não só na questão das deficiências didáticas, outro aspecto a ser levado em conta, foi de certa forma o desinteresse da população pela profissão de docente, além disso não tinha pessoas suficiente para assumir cargos de professores. Por outro lado, existiam poucos incentivos financeiros que as províncias ofereciam naquela época, sendo que os professores do ensino primário não era prestigiado.

Considerando tais situações, não havia uma formação especifica para formar os docentes de primeiras letras, consequentemente, isso contribuiu para o desprestigio desses profissionais da instrução publica na Província. É importante ainda citar, que a sociedade dependia do trabalho escravo e assim tinha-se uma visão de que a educação escolar estava de acordo com o desenvolvimento do país e da população que necessitava da educação formal.

De acordo com esse contexto, a escola seria dirigida por um diretor, que realizava também a função de professor, e abrangeria o seguinte currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã (Tanury, 2000).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante saber que desde Comenius a formação de professores já era essencialmente prevista no século XVII, porém a formação de docentes foi regulamentada somente no século XIX, depois da Revolução Francesa, foi criado concepções de instrução pública. A partir disso, começa o desenvolvimento das Escolas Normais como instituições voltadas para preparar professores.

É preciso considerar ainda, a questão da formação de professores no Império brasileiro aconteceu paulatinamente após a Independência do Brasil, dessa maneira pensaram na organização da instrução popular. Partindo desse pressuposto foi analisando-se a transformação da questão pedagógica que aconteceram na sociedade brasileira ao longo do século XIX. Percebe-se que desde 1827, até o final do Império a formação de professores no Brasil, iniciava-se com o processo da Lei das Escolas de Primeiras Letras.

E ainda em relação a essa situação, vale mencionar, que com tantas transformações não poderia deixar de reproduzir em direção da instrução no Brasil. Acrescenta-se, ainda, que ocorreram novos trabalhos solicitando um novo tipo de formação escolar para uma população que se urbanizava e começava a despontar a possibilidade do início da industrialização. Tal procedimento era visto como uma solução viável para o crescimento do país.

**REFERÊNCIAS**

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. **Formando o professor primário: a escola normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.** Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\_pdf/Liete\_Oliveira\_Accacio\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf%20%20)  Acesso em: 25 de jul. 218

FERREIRA JR. Amarilio. **Historia da Educação Brasileira: da Colônia ao Século XX.** São Carlos. SP. EDUFSCAR, 2010.

HOLLANDA, Sérgio Buarque, **O Brasil Monárquico,** do Império à República, 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1997.

MACIEL**,** Lizete Shizue, NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: **uma análise da reformas pombalinas do ensino.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da educação no Brasil: 1930-1973.** 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Daniela Dermínio Posterare; VIEIRA, Horácio Rosa. Financiamento daeducação básica no Brasil:algumas reflexões. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 19, feb. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9385>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SAVIANI, Dermeval.Formação de professores:aspectos históricos e teóricos doproblema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas: v.14 n. 40 p. 143-155 jan./abr./2009.

SOUZA, Vânia de Fátima Matias de, RAFAEL, Mara Cecília, OLIVEIRA, Caroline Mari de. **Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica.** Centro Universitário de Maringá, Núcleo de Educação a Distância. Maringá. PR. 2015.

TANURI, Leonor Maria. Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: n., 14 p. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000.

VILELA, Heloisa de Oliveira Santos.“Do saber fazer” à profissionalizaçãodocente na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**. n. 13-14. maio-dez. 2014.